

De fato: a questão é o tempo

Maria Amélia Costa¹

Houve um tempo! Nele, não se morria: velhice, desnutrição, dengue hemorrágica, tiro, facada, atropelamento... tudo e algo mais... nem se morria, nem se matava. Foi o tempo da imortalidade, ou melhor, da desintegração da morte e tudo que disso derivasse.

Esse, de fato, é o enredo em torno do qual se desenrola a trama do romance “Desintegração da morte”, de Orígenes Lessa, e que o grupo teatral Capachos da Arte (CAp/UFRJ) encenou, a partir de uma livre adaptação do texto de mesmo nome, no Arte e Meio Ambiente de 2005.

O Capachos foi brilhante na jocosa adequação desse romance. Sua trama aborda uma questão que, por vezes, remete-nos à angústia, ao sofrimento, posto que o desejo de superação do finito, da imortalidade, habita o imaginário social através dos tempos. No real, este desejo se concretiza no universo ficcional de escritores, de dramaturgos e de cineastas, de ‘anticristos’ a super heróis. Por isso, a linguagem teatral empregada pelo grupo empresta ao tema - tão caro à sociedade judaico-cristã, principalmente a ocidental - um vigor interessante com formas e expressões que nos instiga a exercitar um número ilimitado de reflexões.

Inicialmente, poderíamos refletir sobre os efeitos de uma existência infinita para os seres humanos. Seria bom ou ruim? Talvez, a princípio avaliássemos: está solucionado o problema – enfim, a eternidade!? Ou então, perguntássemos: que ordem de surpresas (problemas) essa tão almejada eternidade poderia gerar ao próprio homem, às sociedades, aos Estados, ao planeta ...? Desejar sociedades perenes, multidões de seres saudáveis ou não, felizes ou não, capazes ou não ..., tendo apenas em comum a certeza desejante da

¹ Mestre em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR-UFRJ)

eternidade, onde o “para sempre” (feliz ou não), vingasse. Será que isso bastaria? Talvez, talvez, talvez...!

Este tem sido o objetivo da humanidade desde a modernidade que, com o construto da razão e do advento da ciência moderna, tem diversificado cada vez mais suas estratégias para driblar a ‘foice’ da morte e realizar seu desejo de vida eterna.

Além disso, a certeza dessa conquista geraria aos seres desejan-tes um sentimento pleno da condição de poder, isto é, não haveria o/do que temer. Sim! Pois o que determina o limite da impulsividade humana é a ausência de qualquer controle sobre essa condição humana. A garantia da eternidade conferiria ao ser humano um poder supremo. Sendo assim, o privilégio não seria de alguns, mas de todos; não havendo mais a exclusividade de poucos sobre tantos. Isso, de certa maneira, verifica-se no romance.

A eternidade

Tudo teve início com a criação do cientista Klepstein. Ele revolucionou o universo científico-tecnológico com seu aparelho d-e-s-i-n-t-e-g-r-a-d-o-r d-a m-o-r-t-e.

Publicariam os jornais: “Heureka! Viva a eternidade! Inaugura-se a quinta revolução técnico-científica e, mais uma vez, a ciência surpreende a humanidade!” O conteúdo da reportagem destacaria a extraordinária inovação, comparando-a a outras de grande impacto que transformaram estruturalmente as sociedades, como a descoberta do petróleo, a invenção do motor hidráulico, o desenvolvimento da penicilina e da pílula anticoncepcional, a produção da informática, da robótica e da fibra óptica, as pesquisas sobre a nanotecnologia, enfim, todos os grandes feitos dos três últimos séculos. A partir daquela façanha a humanidade viveria.

Viveria ou existiria? Em que condições? Pensando bem: tanto a existência infinita como as suas condições foram dois aspectos negligenciados na

pesquisa que criou a ‘engenhoca’ que desintegrou a morte e fez surgir a eternidade. Pois bem, aquele cientista renomado não incluiu em sua criação um “manual estratégico” que explicitasse procedimentos metodológicos, princípios, leis, normas..., a ser adotado para ajustar a humanidade ao novo fenômeno de aumento permanente da população.

Talvez ele necessitasse da “ajudinha” de algum vidente com seus oráculos, bem ao estilo do astrólogo e alquimista do século XVI, Nostradamus. Exato! Neste caso, caberia apelar mesmo pela forcinha de “profetas” (e seus clientes) do século XX *que sustentam que as previsões desagradáveis são, em certo sentido, evitáveis porque são desagradáveis, que elas não significam aquilo que aparentam, ou que algo irá acontecer para invalidá-las*². Afinal, para que servem as grandes indústrias da previsão dos acontecimentos na história?

Quiçá, essas indústrias além de produzirem previsões, também equacionassem questões do tipo: como produzir gêneros de todas as espécies para uma verdadeira horda em constante crescimento? como solucionar o caos gerado por uma irremediável explosão demográfica? onde os alocar? Como resultado, elas apresentariam tabelas estatísticas com equações e estimativas, propondo a racionalização de medidas para o alcance de vantagens comparativas entre os gastos e a ampliação dos lucros, no melhor estilo custo-benefício que o setor de serviços pode ofertar ao mercado.

Contudo, ainda haveria uma série de demandas nas quais os ajustes da racionalidade naturalizante de cálculos matemáticos seriam insuficientes. Seriam necessidades específicas que somente a chancela do poder público ou de corporações de Estado estariam aptas a enfrentar, por comporem o campo da saúde pública. Isso mesmo, saúde pública! Epidemias bacteriológicas, infestações virulentas, contaminações por coliformes fecais, insolações, diarreias e desidratações, estresses, insônias e muitas outras manifestações patológicas e psicológicas resultantes do aumento inesperado da

² HOBSBAWM, Eric. *Sobre a História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 55

população. Providências de toda e qualquer natureza seriam fundamentais para garantir a saúde da população, ou seja, uma qualidade de vida que justificasse o investimento na busca da eternidade.

Caberia aos governos estabelecerem um elenco de prioridades relativas: aos gêneros perecíveis (animal ou vegetal); à habitação; à educação; ao transporte; ao emprego; à produção de bens de consumo; à infra-estrutura; à tecnologia de ponta; aos produtos de informática, vestuário, lazer etc. Determinar quem teria prioridade no cuidado: (ex)idosos, crianças, gestantes, aposentados, deficientes, estudantes, servidores públicos etc? Espaços para alojar a população crescente? Como empregar e onde absorver tanta mão-de-obra? Como planejar, administrar, racionalizar as condições de vida (saneamento básico, abastecimento d'água, lazer, educação, cultura etc), de circulação. Como atender uma população mundial que não parasse de aumentar?

Obrigatoriamente, outra questão a se pensar estaria relacionada ao impacto causado às nações ditas desenvolvidas que veriam sua estabilidade sócio-político-econômica abalada, porque há muito deixaram na história questões básicas de saúde pública. Às sociedades ditas em desenvolvimento e/ou sub-desenvolvidas que, de certa forma, nunca as tiveram totalmente solucionadas, teriam que criar mais fôlego para enfrentar cotas extras de problemas.

De fato, essa questão requereria permanentes investigações, pesquisas, censos, estimativas para se redefinir formas pretéritas e adaptá-las a novas condições e exigências do presente e do futuro que um grande contingente populacional demandaria.

Sendo assim, à medida que cada um dos questionamentos e prioridades fossem atendidos, certamente um novo problema estaria surgindo. Porque soluções desse porte implicariam num aprofundamento quanto à capacidade que as condições ambientais teriam para suportar tanta pressão na relação sociedade/meio ambiente. Além disso, com o aumento das populações, os mercados tenderiam a pressionar os fabricantes para fornecerem novas tecnologias a fim de satisfazer ao consumo que, obrigatoriamente, precisaria de mais e mais

matéria-prima para sua produção. Essa demanda proporcionaria um aumento na produção, na exploração, no extrativismo e no estoque de “recursos” naturais, o que também acentuaria a pressão sobre o meio ambiente, os ecossistemas, os biomas.

Nesse caso, para dar continuidade a produção como forma de atender as necessidades verificadas anteriormente, o debate recairia em torno da relação sociedade/meio ambiente.

A partir de então, essas questões que quase nunca comportaram o imaginário das autoridades nacionais e internacionais, comporiam suas agendas obtendo o mesmo grau de importância que as teses econômicas e políticas. Esta relação somente alcançaria alguma atenção se ficasse comprovado que suas conseqüências acarretariam hecatombes de grandes proporções nos negócios das bolsas de valores entre os principais grupos financeiros de *Wall Street* a Tóquio, afetando suas colocações no ranking das corporações mais poderosas do mundo. Somente a partir de um cenário deste se acirriariam as discussões. Assim foi com algumas famosas conferências: Eco 92, as reuniões do G7 + 1, do G20, das Cúpulas Mundiais (Mercosul, EU, Asiáticas etc.), entre outras. Ou mesmos os famosos eventos-espetáculos que mobilizavam astros e estrelas do *show business*, políticos; campanhas beneficentes para civilizações flageladas por alguma catástrofe; movimentos “SOS - Live Earth”, para solucionar os transtornos causados pelo tal do aquecimento global, Tsunamis, Katrinas etc.

Seriam convocados a ingressar nos debates sobre as conseqüências que o aumento da população sobre o meio ambiente provocariam os diversos organismos, as entidades, as corporações internacionais, os Estados-nacionais de todas as partes do mundo, as representações eclesiais, os fóruns civis e estatais, as sociedades filantrópicas de qualquer natureza, as Ongs, os movimentos dos ‘sem isso ou aquilo’ etc. O principal objetivo em comprometer a população e o maior número de diferentes setores da sociedade devia-se à necessidade de colocar a questão ambiental no centro das discussões.

Geralmente, essa questão mantinha-se restrita ao universo acadêmico de disciplinas muito específicas. Para o censo comum, o máximo que se via ou lia sobre o tema ambiental, resumia-a aos problemas climáticos, meteorológicos, abalos sísmicos, às chamadas catástrofes naturais ou qualquer outro fenômeno que ocorresse no planeta. Os eventos e comemorações cívicas de plantios de árvores, visitas a museus, jardins botânicos, palestras sobre poluição, entre outros era a referência máxima que a grande massa dominava sobre meio ambiente. Para que houvesse de fato a apropriação e consciência da relevância da matéria, seria necessário uma abordagem da problemática ecológica que superasse a visão imediatista auto referida do ser humano.

As bases da visão imediatista

De fato, os fundamentos dessa visão imediatista surgiram na Antiguidade com os filósofos gregos Platão e Aristóteles. Diferentemente dos pré-socráticos, que não consideravam os deuses gregos entidades sobrenaturais, mas como parte integrante da natureza, a *physis*³, esses filósofos já demonstravam certo desprezo “pelas pedras e pelas plantas”, privilegiando a crença “no homem e na idéia”. Essa crença apenas deu início ao distanciamento entre homem e natureza.

Entretanto, o predomínio da oposição homem-natureza, espírito-matéria, sujeito-objeto obteve notoriedade com Descartes na Idade Moderna. Assim, o antropocentrismo e o sentido pragmático-utilitarista do pensamento cartesiano predominaram, fortalecendo o mercantilismo que consagrou a capacidade humana de “dominar” a natureza. Dessacralizada, porque não era mais habitada por deuses, uma natureza-morta, poderia ser esquarterada pelos homens e os elementos naturais que a compõem seriam identificados como objetos, coisas a serem utilizadas, comercializadas.

³ Palavra grega que pode ser traduzida por natureza, mas seu significado é mais amplo, podendo ser melhor compreendida a partir de sua gênese mitológica. Refere-se também à realidade, não aquela pronta e acabada, mas a que se encontra em movimento e transformação, a que nasce e se desenvolve, o fundo eterno, perene, imortal e imperecível de onde tudo brota e para onde tudo retorna.

A consolidação dessa visão utilitarista se acentuou a partir do advento da Revolução Industrial e da instituição do capitalismo. Um mundo pragmático onde a ciência e a técnica adquiriam um significado central na vida das sociedades, transformando a natureza cada vez mais em objeto a ser possuído e dominado. Para isso, os homens estabeleceram subdivisões no campo do conhecimento diferenciando de forma definitiva as manifestações da ordem do “natural” das manifestações da ordem do “social”. O natural passou a ser objeto de especulação, observação e experimentação da física, química e biologia. A economia, sociologia, antropologia, história, psicologia etc, passaram a explicar quaisquer aspectos referentes ao homem.

Essa subdivisão contribuiu fundamentalmente para alicerçar a idéia de uma natureza objetiva, exterior ao homem, isto é, a noção de homem não-natural e fora da natureza. A partir daí, o pensamento positivista sustentado na racionalidade cartesiana sistematizou essas idéias enquanto conceitos, ordenando-as através de duas áreas ou campos do conhecimento responsáveis por uma separação inicialmente radical do pensamento: a ciência da natureza e a ciência do homem. A partir de então, qualquer evento da ordem do natural e do social passou a ser observado, analisado, experimentado, refletido e concluído por procedimentos organizados de forma racional, lógica, obedecendo a normas e modelos previamente comprovados. Quaisquer “fenômenos” submetidos a tais procedimentos que por alguma razão não se adaptassem a essas normas ou modelos deveriam ser ajustados ou seriam descartados.

Por outro lado, para a civilização industrial capitalista que se consolidava no século XIX, essa visão de mundo cientificista possibilitou uma arrancada vertiginosa. Ao universo da produção industrial que já se utilizava da técnica foi incorporada a ciência, dando início ao segundo estágio da revolução industrial. Todavia, não foi apenas a atividade industrial que se beneficiou dessa incorporação, outros ramos do conhecimento também passaram por processos científicos investigativos para seu aprimoramento.

A excessiva objetivação da natureza e de seus elementos como objeto de exploração e experimentação, encontrou nos modos de produzir das so-

iedades um campo fértil para aprofundar mais o abismo colossal entre o meio ambiente e o homem. A consagração desse distanciamento que percorreu boa parte do século XX, difundiu-se em diferentes correntes do pensamento moderno e contemporâneo ancoradas em dois fortes pilares. Um, sustentado pelo mito da capacidade que a natureza teria para suportar toda e qualquer pressão no sentido de satisfazer as demandas forjadas pela lógica capitalista de mercado.

Outro, pela impossibilidade do homem se reconhecer como um ser constituinte e dependente dessa natureza, refém de seus próprios atos especulativos e consumistas. Essas correntes diluíram qualquer perspectiva dos homens perceberem o quão frágeis eles são diante da força da natureza que compõe o planeta Terra, corpo constituído de matéria bruta e lapidado que, permanentemente, regenera-se ao longo de, aproximadamente cinco e meio bilhões de anos. Elas também colaboraram para disseminar um pseudo-poder que os homens consideraram sempre ter sobre a natureza, fazendo com que proclamassem os seus atributos (os elementos naturais – flora, hidrografia, relevo, minerais, rochas) como meros objetos de uso, atribuindo-lhes a condição de recursos, portanto, meio que se emprega para superar uma dificuldade ou satisfazer uma necessidade.

De fato, a natureza forneceu as condições para que as sociedades pudessem se reproduzir, mas a maneira como elas [sociedades] conduziram essa relação comprometeu de maneira estupenda a própria existência humana. A reação a esse movimento tem sido dada pela maneira como o meio ambiente tem se “comportado”, principalmente, nas três últimas décadas do século XX e acontecimentos catastróficos desde o início do século XXI. A poluição, o estreitamento da camada de ozônio, o derretimento das geleiras, os rigores climáticos, o branqueamento do coral, a La Niña, a desertificação acentuada de regiões tropicais, as tsunamis, e demais catástrofes “naturais” - são apenas reações a respostas ou feedbacks aos estímulos (positivos ou negativos) que, de maneira agressiva, a humanidade vem semeando, cultivando e colhendo desde construção de seu ideário de racionalidade.

A visão imediatista do cientista Klepstein, criador do aparelho responsável pela d-e-s-i-n-t-e-g-r-a-ç-ã-o d-a m-o-r-t-e, impediu que ele mesmo, um homem da/de ciência, estivesse atento às complicações que seu invento poderiam acarretar a humanidade. Inicialmente, a possibilidade de controlar a morte e determinar a eternidade soou como a realização de um desejo perseguido pela humanidade. Entretanto, essa condição não foi suficiente para legitimar o *status* de plena harmonia e de felicidade. De fato, o produto não atendeu aos objetivos de seus consumidores, isto é, “a propaganda era enganosa”.

Todavia, um impressionante mecanismo de subversão foi acionado a partir de toda a crise instaurada com a inovação desse cientista. Afinal, por não haver mais óbitos os empresários do ramo faliram; os fabricantes de armas faliram; as indústrias farmacêuticas faliram; os grupos que exploravam os planos de saúde faliram, várias outras instituições faliram ou perderam o sentido de existir. Dessa forma, a luz se fez ao término do túnel e outra vez: “Heureka! Basta de eternidade! Inaugura-se a sexta revolução técnico-científica e, mais uma vez, a ciência surpreende a humanidade!”

Leu-se nas manchetes dos jornais: “Famoso cientista cria um aparelho revolucionário, que superará as últimas inovações dos últimos três séculos: o “REINTEGRADOR DA MORTE”!

A potência desejante de eternidade dava seus sinais de maturidade. Era ele, o tempo que chegava na hora certa, nem tão cedo, nem tão tarde, mas no momento preciso da reflexão. Esse fato comprovaria a crença de que a humanidade tem a capacidade de reverter e superar condições extremas de sua existência, bastando que se reconheça como mais um ser, pleno em suas faculdades e civilizatório o suficiente para fortalecer a relação sociedade/meio ambiente de maneira consciente e respeitosa do seu próprio tempo.

Afinal, houve um tempo!